

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.227 - AC (2019/0276179-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : **EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**  
**ADVOGADOS** : **LILIANE CESAR APPROBATO E OUTRO(S) - GO026878**  
Jose Aloisio Gomes de Araujo Junior - AC004885  
**RECORRIDO** : **SEBASTIANA DA SILVA FEIJO**  
**ADVOGADO** : **GIOVAL LUIZ DE FARIAS JÚNIOR E OUTRO(S) - AC004608**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PRETENSÃO DE REEXAME DA SUCUMBÊNCIA. REVISÃO DO JULGADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Nas esteira da jurisprudência consolidada neste Sodalício, a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencidos na demanda, bem como a verificação da existência de sucumbência mínima ou recíproca, encontram inequívoco óbice na Súmula 7/STJ, por revolver matéria eminentemente fática. Precedentes.
2. Recurso especial não provido.

**DECISÃO**

1. Cuida-se de recurso especial interposto por EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, assim ementado:

APELAÇÃO. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. REVISÃO CONTRATUAL. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. CONHECIMENTO PARCIAL DO APELO. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO. ABUSIVIDADE DEMONSTRADA PELA FIXAÇÃO EM PATAMAR SUPERIOR À TAXA MÉDIA DE MERCADO. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. ABUSIVIDADE DEMONSTRADA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. ART. 86, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. REFORMA. APELO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Descabe a interposição de recurso para impugnar capítulo do qual o apelante não resultou sucumbente. Ausência de interesse recursal.
2. É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante as peculiaridades do caso concreto.

3. Demonstrada a abusividade do percentual da taxa de juros remuneratórios contratada, é de rigor a sua redução para o patamar equivalente à taxa de juros média praticada pelo mercado, divulgada pelo Banco Central, para o tipo similar de contrato, na época de sua celebração.

4. O acolhimento do pedido autoral relativo a juros remuneratórios, por consubstanciar repercussão significativa sobre a avença bancária objeto da ação revisional, não configura sucumbência mínima, sendo inaplicável os termos do parágrafo único do art. 86 do CPC, razão pela qual deve banco apelante arcar com o ônus de sucumbência, ainda mais porque incidente sobre o proveito econômico obtido pela parte autora.

5. Conhecimento em parte do recurso e, nessa extensão, desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto no art. 86, parágrafo único, do CPC de 2015.

Sustenta, em síntese, que teria havido sucumbência mínima, e não recíproca.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 221.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fl. 222).

É o relatório. DECIDO.

2. Com efeito, o Tribunal de origem, ao apreciar a questão relacionada à sucumbência, assim consignou:

Quanto ao pleito de inversão do ônus de sucumbência, para que fique sob a responsabilidade do autor/apelado, uma vez que venceu em parte mínima de seus pedidos, há de se dizer que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que a existência de sucumbência recíproca deve ser analisada levando-se em conta a sucumbência de cada umas das partes para cada pedido formulado, consoante ementa abaixo transcrita:

[...].

Quando se voltam os olhos para a inicial da ação (pp. 01/27), observa-se que os pedidos relacionados com o mérito da ação dizem respeito à revisão dos juros remuneratórios fixados no contrato, para que se adequem às taxas médias definidas pelo Banco Central; dano moral; abusividade da cobrança de comissão de permanência; e, a restituição em dobro dos valores pagos a maior.

Por sua vez, a sentença acolheu, sendo confirmada alhures, a revisão dos juros remuneratórios, pretensão que implica, por óbvio, modificação significativa dos termos da avença de natureza bancária sob revisão, razão pela qual não se pode dizer que o autor apenas venceu em parte mínima de seus pedidos.

Por esse motivo, entendo ser incabível a aplicação do parágrafo único do art. 86 do CPC, devendo o banco apelante suportar o ônus de sucumbência.

Ademais, o percentual fixado na sentença a título de honorários advocatícios, devidos pelo banco ao causídico do autor, vão incidir sobre o proveito econômico obtido pelo demandante. Ou seja, apenas o que efetivamente fora ganho servirá como base para a definição do valor devido, circunstância que revela justiça e proporcionalidade.

Nesse contexto, em relação à suposta violação ao artigo 86, parágrafo único, do CPC de 2015, conforme já foi reiteradamente decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, a reforma de julgado para a verificação do quantitativo de sucumbência da parte, demanda inegável necessidade de incursão nas provas constantes dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

A propósito: "a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencidos na demanda, bem como a verificação da existência de sucumbência mínima ou recíproca, encontram inequívoco óbice na Súmula 7/STJ, por revolver matéria eminentemente fática" (AgRg nos EDcl no REsp 757.825/RS, Rel. Min. DENISE ARRUDA, Primeira Turma, DJ de 02.04.2009).

Também nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO CONTRATUAL. EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO. RESPONSABILIDADE PELA AUSÊNCIA DE ENTREGA. SUCUMBÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ).

2. A sucumbência recíproca ou em parte mínima, estabelecida pelo Tribunal de origem, envolve contexto fático-probatório, cuja análise e revisão revelam-se interditas a esta Corte Superior, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 960.436/BA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 02/02/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ARTIGO 6º DA LINDB. CARÁTER CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ.

[...].

2. O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firme no sentido de não ser possível a revisão do quantitativo em que autor e ré decaíram do pedido, para fins de aferir a sucumbência recíproca ou mínima, por implicar reexame de matéria fático-probatória, procedimento vedado pela Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 781.737/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 03/02/2017)

3. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator